



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ENCERRADO**IBICT/DMAP****PROCESSO:** 01210.000671/2012-18**AUTUAÇÃO:** 27/04/2012**INTERESSADO:**

DV DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 800.1 - A CLASSIFICAR**ASSUNTO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE IMPRESSÃO GRÁFICA.

CÓDIGO:

**MOVIMENTAÇÕES**

SEQ.						CÓDIGO	DATA
01	VOLUME Nº: 01						/ /
02	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA: 03/2012						/ /
03	TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO						/ /
04	DATA DE ABERTURA: 12 107 12012						/ /
05	HORÁRIO: 09:30H						/ /
06			/ /	19			/ /
07			/ /	20			/ /
08			/ /	21			/ /
09			/ /	22			/ /
10			/ /	23			/ /
11			/ /	24			/ /
12			/ /	25			/ /
13			/ /	26			/ /
14			/ /	27			/ /
			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2012

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	2
2.	DA RETIRADA DO EDITAL	2
3.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3
4.	DO CREDENCIAMENTO	3
5.	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	3
6.	DO ENVIO DA PROPOSTA	4
7.	DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	5
8.	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	6
9.	DA HABILITAÇÃO	7
10.	DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO	9
11.	DAS MICROEMPRESAS-ME OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP	10
12.	DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA	10
13.	DO RECEBIMENTO	10
14.	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA	10
15.	DO REAJUSTE	10
16.	DO PAGAMENTO	10
17.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	10
18.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	11
19.	DOS RECURSOS	11
20.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	12
21.	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	12
22.	DO FORO	13
23.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	13

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/SOCIEDADES COOPERATIVAS

Processo Administrativo n.º: 01210.000671/2012-18

A União, por intermédio do **INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT** torna público para conhecimento dos interessados, que por meio da Divisão de Material e Patrimônio, sediada no Setor de Autarquias Sul, quadra 05, Bloco H, Sala 301, na cidade de Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005, 6.204/2007 e, Lei Complementar nº 123/06, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

FORMA DE FORNECIMENTO: INTEGRAL

ADJUDICAÇÃO: GLOBAL

DATA: 12/07/2012.

HORÁRIO DE ABERTURA: 09:30 horas.

ENDEREÇO: <http://www.comprasnet.gov.br>

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

2. DA RETIRADA DO EDITAL

2.1. A cópia deste Edital poderá ser obtida na Divisão de Material e Patrimônio, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, situada no SAS Quadra 05 - Bloco "E", lote 06, Sala 301, nesta Capital, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09hs e 11h30 e 14h e 17h30, mediante a apresentação de GRU quitada no valor de R\$ 0,05 (cinco centavos) a cópia da página, que poderá ser obtida por intermédio do sítio <http://www.ibict.br> clicando no link GRU localizado na parte inferior da página. Será necessário o preenchimento dos dados obrigatórios solicitados no formulário. (Unidade Favorecida: 240121; Gestão: 00001 Código de Recolhimento nº 28.830-6). Será gratuita a retirada deste Edital por meio dos sítios abaixo, observados os procedimentos ali previstos:

- a) Será gratuita a retirada deste Edital por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta dos recursos do Elemento de Despesa 33.90.39, e sua vinculação ocorrerá no momento da aquisição.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as licitantes cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam Credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. A participação nesta licitação é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

5.2.1. Os licitantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (art. 11 do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007).

5.2.1.1. A declaração acima exigida deverá ser manifestada em campo próprio do sistema como condição de participação.

5.3. Não poderão participar desta licitação as licitantes indicadas no item acima que estejam nas seguintes condições:

5.3.1. Declaradas suspensas de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública Federal brasileira, conforme o art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

5.3.2. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nomeadamente aquelas inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas – CEIS, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

- 5.3.3. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 5.3.4. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 5.3.5. Que possua em seu quadro societário Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
 - 5.3.6. Sociedade que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas no subitem 5.3.5.
 - 5.3.7. Na hipótese do subitem 5.3.6 a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade.
- 5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 5.4.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.4.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 5.4.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de licitação nos sítios www.comprasnet.gov.br, até a hora e data para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.5.1. Valor;

6.5.2. Descrição detalhada do objeto;

6.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega dos materiais.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes e em conformidade com o art. 22 § 2º e art. 23 do Decreto 5.450/2005.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

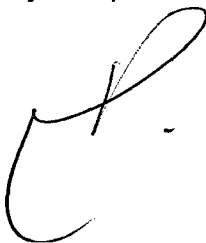
7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.



7.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.

8.1.1. Caso seja identificada a participação de licitante declarada impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal brasileira, a proposta será imediatamente recusada, nos termos do Acórdão TCU 3171/2011 - Plenário, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.2. O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, devidamente justificado. Será desclassificada oferta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexecutável, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

8.3. Para efeito de aceitabilidade da menor proposta ou menor lance, considera-se manifestamente inexecutável, aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

8.4. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

- 8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



9. DA HABILITAÇÃO

9.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal.

9.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar documentação nas condições seguintes:

9.2.1. Habilitação jurídica:

- 9.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 9.2.1.2. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 9.2.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.2.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 9.2.2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 9.2.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.3. Qualificação econômico-financeira:

9.2.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.2.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.2.3.2.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) ou comprovar que possui capital social de 10% (dez por cento) do valor estimado;

9.2.4. Habilitação exclusiva para Sociedades Cooperativas, conforme o caso:

9.2.4.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

9.2.4.2. Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

9.2.4.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto;

9.2.4.4. Registro previsto na Lei 5.764, art. 107;

9.2.4.5. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.2.4.6. Ata de fundação;

9.2.4.7. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.2.4.8. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

9.2.4.9. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

- 9.2.4.10.** Três registros de presença dos cooperados que executaram o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.2.4.11.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 9.2.4.12.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.3. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.6. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

10.1. A proposta vencedora, ajustada ao lance dado, e os documentos exigidos para habilitação serão imediatamente encaminhadas ao Pregoeiro pelo sistema Comprasnet, através da opção Acesso Seguro > Login e Senha > Serviços aos Fornecedores > Pregão Eletrônico > Enviar Anexo, no prazo máximo de 2 (duas) horas contados a partir da convocação, sob pena de recusa da proposta.

10.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

10.1.2. Eventualmente, desde que solicitado e autorizado pelo Pregoeiro via chat, os documentos exigidos no subitem 10.1 poderão ser apresentados via fac-símile (fax) número (61) 3217-6499, ou via e-mail licitacoes@ibict.br, no prazo de 2 (duas) horas. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogáveis por igual período – desde que solicitado e justificado pelo adjudicatário e aceita pela Administração, após a Adjudicação no sistema eletrônico sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Instrumento.

10.1.3. Após a convocação da proposta e documentação pelo sistema eletrônico, a licitante que, injustificadamente, não encaminhá-las no prazo estabelecido, caracterizando a não manutenção de sua proposta, se sujeitará à aplicação da

penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, conforme estabelecido no Art. 7º da Lei 10.520/2002.

10.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11. DAS MICROEMPRESAS-ME OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP

11.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão observar as normas da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como o estabelecido neste Edital, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e no Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA

12.1. O prazo, local e forma de entrega estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13. DO RECEBIMENTO

13.1. Os critérios de recebimento do material estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações do Contratante e da Contratada estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

15. DO REAJUSTE

15.1. O Preço será fixo e irrevogável.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em conformidade com o especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Aquele que, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2. No caso de descumprimento de qualquer obrigação editalícias, poderá a Administração aplicar multa, graduável entre 1% e 10% do valor total do empenho conforme a gravidade do fato apurado em processo administrativo no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A contratada que inadimplir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. Os pedidos de impugnação deverão ser enviados por meio eletrônico para o e-mail licitacoes@ibict.br e ainda protocolados no serviço de Protocolo deste Instituto no seguinte endereço: SAS Quadra 05 – Bloco H – Lote 06, Térreo, Brasília-DF, sendo conhecidos SOMENTE A PARTIR da data de protocolização.

18.3. Não serão reconhecidas as impugnações enviadas por fax.

18.4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço indicado acima.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório e disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link Acesso livre>Pregões>Agendados, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

19. DOS RECURSOS

19.1. Declarada à vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer (art. 26 do Decreto 5.450/05).

19.2. Havendo a intenção, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art.26- Decreto 5.450/05) em campo próprio do sistema.

19.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

- 19.3.1.** Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- 19.3.2.** Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia, em campo próprio do sistema, no ato da sessão pública ou fora dos respectivos prazos legais, bem como os enviados por fax.
- 19.3.3.** O simples pedido de vistas aos autos não representa motivo suficiente para manifestar intenção de recursos, uma vez que o processo estará à disposição dos participantes, conforme item 19.7, e, as propostas apresentadas disponíveis para consulta através do sistema Comprasnet.

19.4. O encaminhamento do registro de recurso, bem como da contrarrazão de recurso, são possíveis **somente por meio eletrônico (Comprasnet)**, conforme estabelece o art. 26 ° do Decreto n.º 5.450/2005.

19.5. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento licitatório.

19.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Material e Patrimônio, localizada na SAS Quadra 5 Bloco H Lote 6, sala 301, em Brasília-DF, nos dias úteis, no horário de 9:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:30 horas.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

21.1. Após a homologação da licitação, será emitida Nota de Empenho como instrumento equivalente ao termo de contrato.

21.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a nota de empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o IBICT para o aceite da Nota de empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

21.3. O prazo previsto no subitem 21.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

21.4. Antes da emissão da Nota de empenho, a Administração realizará consulta SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

21.5. Se o adjudicatário, no ato da emissão da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se ao aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22. DO FORO

22.1. Para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução desta CONTRATAÇÃO que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.

23.2. A critério do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a presente licitação poderá ser:

23.2.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

23.2.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

23.2.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no art. 30 do Decreto nº 5.450/2005 e na legislação pertinente.

23.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos a licitante será declarada vencedora da licitação, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação e submetido à autoridade competente para homologação.

23.5. Constatada a regularidade dos atos e procedimentos, decididos os recursos se houver, a autoridade competente adjudicará e homologará a licitação para determinar a contratação.

23.6. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade.

23.7. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluirá o dia do início e incluirá o vencimento. No caso do início ou vencimento do prazo recair em dia que não haja expediente no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o termo inicial ou final se dará no primeiro dia útil subsequente.

23.8. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

23.9. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, nos termos do § 2º art. 32 da Lei 8.666/93.

23.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.11. Quando for o caso, a proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

23.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração.

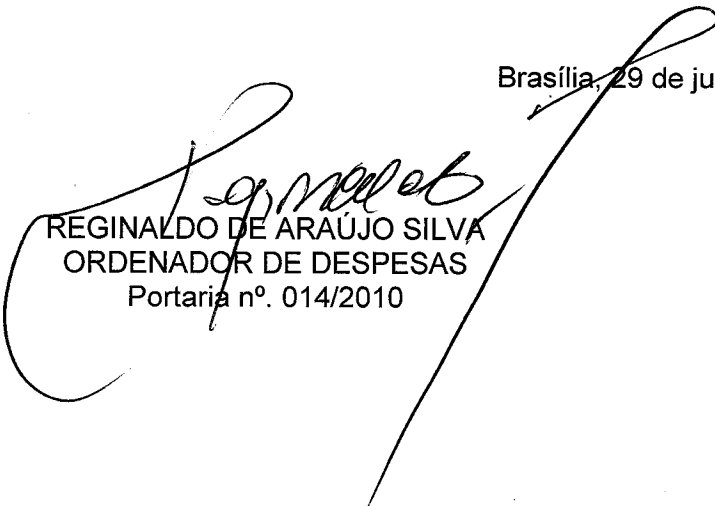
23.13. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo IV – Minuta da Ordem de Serviço;

23.14. Após a homologação, o resultado da licitação será disponibilizado no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link Acesso livre>Consulta>Resultados de Licitações, (código UASG 240121) para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, não implicando ainda o direito à contratação.

Brasília, 29 de junho de 2012.


REGINALDO DE ARAÚJO SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº. 014/2010



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para Fornecimento de envelopes em papel, cartazes, etiquetas adesivas, folhetos e capa para processo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Quadro de especificações e quantidades

I T E M	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	Valor Máximo Aceitável
1	Confecção de Envelope papel pequeno, gramatura 90, tipo saco comum, medidas: 11,4x23 cm, impressão 4X0 cores.	UN	3.000	1.522,71
2	Confecção de Envelope papel grande, gramatura 90, tipo saco comum, medidas: larg 22,8 cm X 32,4 cm, impressão 4X0 cores.	UN	3.000	2.124,98
3	Confecção de Cartazes, em papel Couche fosco 115 g, medidas: 61X42 cm, impressão 4X0 cores.	UN	15.000	5.533,33
4	Confecção de folhetos, em papel Couche fosco 115 g, medidas 21 X 29 cm, impressão 4X0 cores.	UN	30.000	3.726,22
5	Confecção de adesivos em papel adesivo 130 g, formato 8,0 cm X 2,5 cm, em folhas contendo 32 etiquetas, impressão 4 x 0 cores.	FOLHAS COM 32 ETIQUETAS	2.000	2.724,77
6	Confecção de adesivos em papel adesivo transparente 130 g, formato 16 X 45 cm, impressão 4X0 cores.	UN	10.000	16.700,00
7	Confecção de Envelope papel, gramatura 90, tipo saco comum, medindo 11,5 cm x 23 cm, impressão azul, uma cor.	UN	5.000	739,00
8	Confecção de Envelope papel, gramatura 90, tipo saco comum, medindo 20 cm x 28 cm, impressão azul uma cor.	UN	4.000	1.085,20
9	Confecção de Envelope papel, gramatura 90, tipo saco comum, medindo 26 cm x 36 cm, impressão azul uma cor.	UN	3.000	1.293,00

10	Confecção de Capa p/ processo, material cartolina, formato Ofício 8, medindo 220 x 330 mm, gramatura 240G/m², apresentação folha dupla, vinco com dobras 2 CM, impressão preta, uma cor.	UN	3.000	1.708,20
11	Confecção de Envelope papel, gramatura 90, tipo saco comum, medindo 11,5 cm x 23 cm, impressão azul, uma cor.	UN	5.000	1.313,00
12	Confecção de Envelope papel, gramatura 90, tipo saco comum, medindo 20 cm x 28 cm, impressão azul uma cor.	UN	4.000	1.711,20
13	Confecção de Envelope papel, gramatura 90, tipo saco comum, medindo 26 cm x 36 cm, impressão azul uma cor.	UN	3.000	1.857,30
TOTAL				42.038,91

1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se na definição de comuns conforme disposto no Art. 1º da Lei 10.520/02, podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

1.4. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA

2.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

2.2. Natureza da despesa: 33.90.39 Serviço.

3. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo de execução do objeto é de 15 dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única e serão entregues nos seguintes endereços:

a) IBICT - Unidade de Brasília (Itens 1 a 06):

Endereço: SAS Quadra 05, Lote 06, Bloco "H", 4º andar – sala 402 – Brasília, DF. CEP: 70.070-912.

b) IBICT - Unidade de Brasília (itens 07 a 10):

Endereço: SAS Quadra 05, Lote 06, Bloco "H", 3º andar – sala 305 – Brasília, DF. CEP: 70.070-912.

c) IBICT – Unidade do Rio de Janeiro (itens 11 a 13):

Endereço: Rua Lauro Müller, 455, 5º andar – Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22290-160.



- 3.2. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.4. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da execução do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 3.4.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

- 4.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da execução serviços com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 4.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4.1.6. entregar à Contratada as artes finais para confecção do material solicitado;
- 4.1.7. O Ibict deve prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado.
- 4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega efetiva de todo o material, acompanhado da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após conferência, atesto e aceite pelo fiscal.
- 5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados/entregues.
- 5.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 5.4.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 5.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
 - 5.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 5.5. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 5.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX \div 100)}{365}$$
$$TX = \text{Porcentual da taxa anual} = 6\%$$
$$I = \frac{(6 \div 100)}{365}$$
$$I = 0,00016438$$

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

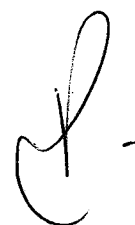
6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. realizar os serviços em conformidade com as especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal válida, na qual constarão as indicações referentes ao fornecimento;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, pelo período de 12 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços em desacordo com a especificação;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



- 7.2.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.2.3. fraudar na execução do contrato;
- 7.2.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 7.2.5. cometer fraude fiscal;
- 7.2.6. não manter a proposta.
- 7.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.3.1. advertência por escrito;
- 7.3.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 7.3.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 7.3.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 7.3.4. suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Administração Pública Brasileira pelo período não superior a 2 (dois) anos.
- 7.3.5. declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 7.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 7.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília-DF, de de 2012.

Responsável pela elaboração do termo de referência





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO – Nº ____/2012
DATA ____/____/____

Autoriza-se à proponente adjudicatária a executar os serviços a seguir discriminados:

NOTA DE EMPENHO Nº ____ NE ____/2012

1. Do Objeto:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de impressão gráfica. A licitação será dividida em treze itens, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Prazos de execução

O prazo de execução do objeto é de 15 dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única e serão entregues nos seguintes endereços:

a) IBICT - Unidade de Brasília (Itens 1 a 06):

Endereço: SAS Quadra 05, Lote 06, Bloco "H", 4º andar – sala 402 – Brasília, DF. CEP: 70.070-912.

b) IBICT - Unidade de Brasília (itens 07 a 10):

Endereço: SAS Quadra 05, Lote 06, Bloco "H", 3º andar – sala 305 – Brasília, DF. CEP: 70.070-912.

c) IBICT – Unidade do Rio de Janeiro (itens 11 a 13):

Endereço: Rua Lauro Müller, 455, 5º andar – Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22290-160.

Brasília, ____ de ____ de 2012.



cidade Federal de Minas Gerais-UFMG, CNPJ nº 17.217.985/0001-04; Objeto: "Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura de Pesquisa da UFMG"; Recursos: Concedente: Valor total: até R\$ 5.352.214,00 destinados a aporte direto ao Convênio Nota de empenho: 2012NE000597, Fonte Infraestrutura; Prazo de Vigência e Execução Física e Financeira do Projeto: até 36 meses, a partir da data de assinatura do convênio; Prestação de Contas Final: até 60 dias contados da data do término da vigência.

Espécie: Encomenda Transversal Projetos de Pesquisa Ref. 2109/10; Data da Assinatura: 19/06/2012; Partes: Concedente: Financiadora de Estudos e Projetos -FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09; Conveniente: Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação-FACTI, CNPJ nº 02.939.127/0001-04; Executor: I) Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer-CTI, CNPJ nº 04.822.500/0001-60; 2) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Por Intermediário do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE CNPJ nº 01.263.896/0005-98 e da Agência Espacial Brasileira-AEB CNPJ nº 86.900.545/0001-70; 3) Instituto de Estudos Avançados-IEAV CNPJ nº 57.531.311/0001-02; 4) Universidade de São Paulo, por intermédio do Instituto de Física, CNPJ nº 63.025.530/0006-19; Objeto: "Desenvolvimento de Circuitos Integrados Tolerantes à Radiação"; Recursos: Concedente: Valor total: até R\$ 19.999.923,08, sendo R\$ 16.272.963,08 destinados a aporte direto ao Convênio e R\$ 3.726.960,00 destinados a bolsas CNPq. Nota de empenho: 2012NE001154, 2012NE001155; Fonte: Ação Transversal; Prazo de Vigência e Execução Física e Financeira do Projeto: até 24 meses, a partir da data de assinatura do convênio; Prestação de Contas Final: até 60 dias contados da data do término da vigência.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo nº 01.08.0330.03; Data de Assinatura: 29/06/2012; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09; Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia - IPEPATRO; CNPJ nº 03.460.975/0001-90; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 18/08/2013; Prazo de Prestação de Contas: 17/10/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.09.0250.06; Data de Assinatura: 29/06/2012; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação Universitária para Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa - FUNDEPES; CNPJ nº 93.851.400/0001-91; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 03/04/2013; Prazo de Prestação de Contas: 02/06/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.10.0447.01; Data de Assinatura: 29/06/2012; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação Universitária De Desenvolvimento De Extensão E Pesquisa - FUNDEPES; CNPJ nº 12.449.880/0001-67; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 30/08/2013; Prazo de Prestação de Contas: 29/10/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 01.10.0796.01; Data de Assinatura: 29/06/2012; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Serviço Nacional De Aprendizagem Industrial - Departamento Regional Bahia - SENAI-BA; CNPJ nº 03.795.071/0001-16; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 30/12/2012; Prazo de Prestação de Contas: 28/02/2013.

Espécie: Termo Aditivo nº 20.10.0132.04; Data de Assinatura: 26/06/2012; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Milênio - Assessoria Empresarial Ltda.; CNPJ nº 03.062.394/0001-09; Objeto: Repactuar o valor do contrato nº 20.100132.00.; Programa de Trabalho nº 19.371.0461.414.0000; Fonte de Recurso: 0.209.365.005 e 0.209.365.001; Elemento de Despesa: 339003701; Nota de Empenho: 2012ne001725 e 2012ne00228; Valor global: R\$ 137.576,83 (cento e trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

RETIFICAÇÕES

No DOU nº 125 de 29/06/2012, Seção 3, pag. 13, na retificação do extrato de Convênio de Ref. 0511/10; onde se lê: Data da Assinatura: 28/06/2012"; leia-se: Data da Assinatura: 21/06/2012".

No DOU nº 125 de 29/06/2012, Seção 3, pag. 13, na retificação do extrato de Convênio de Ref. 1659/10; onde se lê: Data da Assinatura: 28/06/2012"; leia-se: Data da Assinatura: 27/06/2012".

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2012 - UASG 240121

Processo nº 01210000671201218. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos. Total de Itens Licitados: 00013. Edital: 02/07/2012 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Saus Quadra 05 Lote 06 Bloco H Brasília - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 02/07/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/07/2012 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br.

REGINALDO DE ARAUJO SILVA
Coordenador de Administração

(SIDEAC - 29/06/2012) 240121-00001-2012NE800001

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 7/2011

O Pregoeiro/Equipe de Apoio do IBICT, tornam público o resultado do Pregão 07/2011. Empresa Plena Informática - R\$ 2.873,80, RR Comércio de Caruchos - R\$ 7.473,00, Seventec - R\$ 6.606,90, J2 Com. de Utilidades - R\$ 794,29.

RICARDO SANTOS NUNES
Pregoeiro

(SIDEAC - 29/06/2012) 240121-00001-2012NE800001

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato RD nº 01.06.029.0/2012. Contratante: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, CNPJ nº 01.263.896/0005-98 e a Contratada: BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, CNPJ nº 03.817.702/0001-50. Objeto: Prestação de serviços especializados que utilize tecnologia da informação na administração e controle da frota de veículos, conforme PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS anexa, incluindo todas as providências necessárias para sua entrega na modalidade "CIP Local de Destino", conforme INCOTERMS 2000, de acordo com o disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e Adendos. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico PEOMA 12090/2011. Valor do Contrato: R\$ 662.113,00. Vigência: de 29/06/2012 a 29/06/2013. Data da assinatura: 29/06/2012. Assinaturas: Pelo INPE: Leonel Fernando Perondi, CPF: 212.451.260-91- Diretor e pela BRASILCARD: Marilcia dos Reis Barbosa Pereira, CPF: 566.420.596-20 - Procuradora

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2012

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 27/06/2012, Entrega das Propostas: a partir de 27/06/2012, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/07/2012, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Seguro das viaturas para o período de cobertura de 11/08/2012 a 11/08/2013.

ADEMIR JORGE
Chefe do SCR

(SIDEAC - 29/06/2012) 240106-00001-2012NE900001

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

EDITAL DE 29 DE JUNHO DE 2012 RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 1/2012

O Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, Unidade de Pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a portaria nº 533 de 08 de dezembro de 2011, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão publicado no DOU de 09 de dezembro de 2011 e a portaria nº 270 de 26 de abril de 2012 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no DOU em 08 de maio de 2012, torna pública a retificação dos itens e subitens a seguir especificados, permanecendo inalterados os demais itens e subitens constantes do Edital do Concurso Público do INT nº 001/2012 de 1º de junho de 2012, publicado no D.O.U em 04 de junho de 2012.

1. Ficam alterados requisitos dos cargos de que trata o item 1 do Edital de Concurso Público do INT nº 001/2012, na forma a seguir:

- Onde se lê:
- 1.1.8 Tecnologista Pleno 1-I/Perfil: Engenharia de Manutenção
 - Requisitos: Graduação em diploma.....
 - Leia-se:
 - 1.1.8 Tecnologista Pleno 1-I/Perfil: Engenharia de Manutenção
 - Requisitos: Graduação e diploma.....
 - Onde se lê:
 - "1.1.10 Tecnologista Pleno 1-I/Perfil: Modelos Tridimensionais

Requisitos: Graduação em engenharia mecânica ou mecânica com experiência mínima de 3 anos, ou título de Mestre em Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Produção ou Desenho Industrial, diploma devidamente registrado, de curso de graduação de ensino superior, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

Atribuições: Realizar atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Engenharia Mecânica, Mecatrônica, modelagem 3D. Outras atividades inerentes ao cargo e a classe.

Vagas: 1 (uma)

Leia-se:

1.1.10 Tecnologista Pleno 1-I/Perfil: Modelos Tridimensionais

nais

Requisitos: Graduação em Engenharia Mecânica ou Mecatrônica com experiência mínima de 3 anos, ou título de Mestre em Engenharia Mecânica ou Engenharia Mecatrônica, diploma devidamente registrado, de curso de graduação de ensino superior, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

Atribuições: Realizar atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Engenharia Mecânica, Mecatrônica, modelagem 3D. Outras atividades inerentes ao cargo e a classe.

Vagas: 1 (uma)

Onde se lê:

1.1.12 Tecnologista Pleno 1-I/Perfil: Biocatálise

Requisitos: Profissional com graduação em Engenharia Química ou Química ou Química Industrial ou Ciências Biológicas, e mestrado em Engenharia Química ou Química ou Bioquímica ou Biotecnologia ou Bioprocessos tendo desenvolvido dissertação na área de Biocatálise ou Bioquímica ou Bioprocessos; ou ter experiência mínima de três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que lhe atribua habilitação correspondente, e ter participado de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, diploma devidamente registrado, de curso de graduação de ensino superior, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

Atribuições: Realizar pesquisas, executar, propor, coordenar, orientar, realizar consultoria e assessoramento em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de biocatalisadores e processos biocatalíticos. Transferir tecnologia e prestar serviços técnicos na sua área de competência. Elaborar e participar de cursos de extensão na sua área de competência. Outras atividades inerentes ao cargo e a classe.

Vagas: 1 (uma)

Leia-se:

1.1.12 Tecnologista Pleno 1-I/Perfil: Biocatálise

Requisitos: Graduação em Engenharia Química ou Química ou Química Industrial ou Ciências Biológicas, e mestrado em Ciências, Engenharia Química ou Química ou Química Industrial ou Ciências Biológicas ou Bioquímica ou Biotecnologia ou Bioprocessos tendo desenvolvido dissertação na área de Biocatálise ou Bioquímica ou Bioprocessos; ou ter experiência mínima de três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que lhe atribua habilitação correspondente, e ter participado de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, diploma devidamente registrado, de curso de graduação de ensino superior, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

Atribuições: Realizar pesquisas, executar, propor, coordenar, orientar, realizar consultoria e assessoramento em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de biocatalisadores e processos biocatalíticos. Transferir tecnologia e prestar serviços técnicos na sua área de competência. Elaborar e participar de cursos de extensão na sua área de competência. Outras atividades inerentes ao cargo e a classe.

Vagas: 1 (uma)

Onde se lê:

1.1.22 Técnico 1-I/Perfil: Ensaios de Materiais e Produtos

Requisitos: Ter um ano, no mínimo, de participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de metal/mecânica, Ensino Médio Profissionalizante, Técnico em Mecânica, com diploma expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

Atribuições: Realizar ensaios mecânicos e de metalografia. Realizar montagem de dispositivos de ensaio. Participar de projetos de pesquisa na área metal/mecânica. Preparar soluções químicas. Outras atividades inerentes ao cargo e a classe.

Vagas: 1 (uma)

Leia-se:

1.1.22 Técnico 1-I/Perfil: Ensaios de Materiais e Produtos

Requisitos: Ter um ano, no mínimo, de participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de metal/mecânica, ou habilitação inerente a classe, Ensino Médio Profissionalizante, Técnico em Mecânica, com diploma expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

Atribuições: Realizar ensaios mecânicos e de metalografia. Realizar montagem de dispositivos de ensaio. Participar de projetos de pesquisa na área metal/mecânica. Preparar soluções químicas. Outras atividades inerentes ao cargo e a classe.

Vagas: 1 (uma)

Onde se lê:

1.1.23 Técnico 1-I/Perfil: Ensaios de Caracterização de Materiais

Requisitos: Ter um ano, no mínimo, de participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de metal/mecânica, Ensino Médio Profissionalizante, Técnico em Mecânica, com diploma expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro profissional no respectivo Conselho de classe.

CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02 / 07 / 2012
POR Lilizomete
Ana Lilizomete R. Martins
Assistente Administrativo